



OF/Nº/124/2014/SCAF/GAB

Belo Horizonte, 31 de janeiro de 2014

Ao Senhor
Marcus Pereira Aucelio
Ministério da Fazenda
Secretaria do Tesouro Nacional
Coordenação-Geral de Programação Financeira – COFIN
Esplanada dos Ministérios, Bloco P – Ed. Anexo do MF – Ala “A”, 4º andar – sala 441
Centro
Cep. 70.048-900 – BRASÍLIA/DF

Assunto: Transferência de Recursos – Orçamento e Finanças – Informações relativas ao FUNDEB – Exercício 2013.

Senhor Subsecretário,

De ordem do Senhor Secretário desta Pasta, em atendimento a sua solicitação contida no Ofício Circular nº 01/2013/GEARE/COVFIN/SUPOF/STN/MF-DF, de 20/12/13, encaminho-lhe anexas, as planilhas relativas aos anexos I e II do referido ofício, demonstrativas da receita realizada e destinação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica – FUNDEB, relativas o exercício de 2013.

Vale ressaltar, que o valor transferido além do devido, no montante de R\$ 175.008.233,53, corresponde a títulos recebidos da União em pagamento do ICMS da RFFSA em 1998, títulos esses, com vencimento em 15/09/2028 e que o Estado de Minas Gerais decidiu monetizá-los em 2013, conforme nota anexa com explicações mais detalhadas.

Sendo o que se apresenta para o momento.

Atenciosamente,


GBER SOARES DE OLIVEIRA
Superintendente Central de Administração Financeira

HISTÓRICO E PROPOSTA DE MONETIZAÇÃO DOS TÍTULOS DA RFFSA

- I. **TERMO DE TRANSAÇÃO** - Em 14 de outubro de 1998, o Estado de Minas Gerais assinou com a Rede Ferroviária Federal - RFFSA o Termo de Transação, no valor de R\$146.742.232,29, relativo a dívida tributária de ICMS daquela empresa. A transação se deu ao amparo da Medida Provisória 1682-5, de 27.08.98, que autorizou a União a renegociar a dívida da RFFSA, com quitação através da emissão de certificados do Tesouro Nacional.
- II. **RECEBIMENTO DOS TÍTULOS** - O acordo propiciou o recebimento pelo Estado de 146.119 certificados representativos da dívida negociada, denominados HSTN A001, com as seguintes características:
1. Vencimento: 15/09/2028
 2. Juros: 6% a.a.
 3. Valor Nominal: R\$1000,00
 4. Atualização: IGP-DI
 5. Resgate: Juros e Principal em pagamento único no final do período
 6. Cronograma de Liberação pelo Tesouro Nacional:
- | Dia | Quantidade |
|----------|------------|
| 20/10/98 | 23.820 |
| 20/11/98 | 3.800 |
| 21/12/98 | 72.850 |
| 23/12/98 | 40.823 |
| 22/12/99 | 4.826 |
| Total | 146.119 |
- III. **QUITAÇÃO DA DÍVIDA COM A UNIÃO** - Do total de 146.119 títulos recebidos da RFFSA, 103.546 foram utilizados pelo Estado para quitação da dívida com a União, na forma prevista pela legislação federal;
- IV. **TRANSFERÊNCIA DA COTA PARTE DOS MUNICÍPIOS E FUNDEB** - Das quotas partes devidas aos municípios e ao FUNDEB, o valor equivalente a 10.395 títulos foi repassado em moeda corrente por meio de crédito, via SIAFI, enquanto que o restante devido o Estado optou por transferir as cotas-partes na mesma moeda recebida do governo federal, ou seja, em títulos, mandando transferir, então, 42.573 certificados para a conta de sub-custódia dos Municípios no Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG;

V. VALOR ATUALIZADO ATÉ JUNHO DE 2013 DOS 42.573 HSTN A001

PU = 8.221,56

Total R\$ 350.016.473,88, sendo distribuído no critério atual da seguinte forma:

R\$ 218.760.296,18 correspondente aos 25% dos municípios (valor bruto);

R\$ 131.256.177,71 correspondente a parcela do Estado para o FUNDEB.

- VI. MONETIZAÇÃO DOS TÍTULOS REMANESCENTES PARA TRANSFERÊNCIA DOS RECURSOS AOS MUNICÍPIOS – Não há possibilidade legal de compensação desses valores junto à União pelos Municípios (A Medida Provisória 1682-6, de 25/09/98, somente permite a compensação pelos Estados), assim esses papéis permaneceram depositados na conta de custódia do BDMG, até então, porém em nome do Estado.

ENCAMINHAMENTO

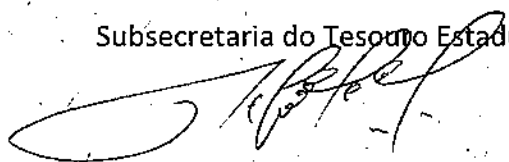
Em razão do interesse do Estado em apresentar solução para a questão, e atendendo a demanda histórica dos Municípios, propõe-se:

- 1) O Estado monetiza os títulos com recursos do Tesouro e simultaneamente rateia o produto entre os municípios;
- 2) A aquisição se dará pelo valor corrigido dos papéis, até a data da operação, segundo os critérios e características originais de sua emissão, definidas pelo governo federal, portanto, garantindo a correção integral para os Municípios;
- 3) O ESTADO recebe os títulos para sua compensação futura.

VII - FORMA DE OPERACIONALIZAÇÃO

- 1) O Tesouro Estadual procede à liquidação financeira dos títulos, através da conta centralizadora de arrecadação, que viabilizará a partição simultânea da cota parte dos Municípios e do FUNDEB;
- 2) Os títulos serão resgatados pelo seu valor de face, devidamente corrigidos pela sua remuneração.

Subsecretaria do Tesouro Estadual, junho de 2013.



Anexo I ao Ofício-Circular nº 1/2013/GEARE/COFIN/SUPOF/STN/MF-DF, de 20.12.2013
Receita realizada e destinada ao Fundeb-exercício 2013, conforme parágrafo único do artigo 15 da Lei nº 11.494/2007

UF: MINAS GERAIS

R\$1,00

Origem	Receita Bruta (A)	(*) Deduções (B)	Receita Líquida (base de cálculo do Fundeb) (A - B)	Valores Transferidos ao Fundeb
ICMS	35.788.384.609,31	8.144.469,34	35.780.240.139,97	7.345.209.331,77
IPVA	3.385.523.897,78	2.164.977,63	3.383.358.920,15	682.905.816,46
ITCMD	553.226.073,30	3.106.480,33	550.119.592,97	112.304.919,08

(*) As parcelas destinadas ao Fundeb e os repasses da arrecadação destinados aos municípios não são considerados deduções. Somente as deduções de receitas como restituições, devoluções, compensações, etc, devem ser lançadas neste campo.

(*) As deduções correspondem às restituições realizadas em 2013.

	ICMS	IPVA	ITCMD
Base de cálculo FUNDEB	35.780.240.139,97	3.383.358.920,15	550.119.592,97
Valor devido - 20%, antes do ajuste abaixo ref. IPVA	7.156.048.027,99	676.671.784,03	110.023.918,59
IPVA de 2014 arrecadado em 2013. Esse valor foi anulado da receita orçamentária para não configurar antecipação de receita conforme LC 101, porém, a parcela do FUNDEB foi repassada normalmente. (observação 1)		24.041.402,87	
IPVA de 2013 arrecadado em 2012. Esse valor foi registrado na receita orçamentária em 2013, porém, o repasse ao FUNDEB ocorreu em 2012, ano de sua efetiva arrecadação. (observação 1)		(16.923.423,52)	
Base de cálculo real do FUNDEB	35.780.240.139,97	3.390.476.899,50	550.119.592,97
Valor devido - 20% após os ajustes do IPVA	7.156.048.027,99	678.095.379,50	110.023.918,59
Valor transferido em 2013	7.345.209.331,77	682.905.816,46	112.304.919,08
Remessa de Janeiro de 2013 cuja arrecadação ocorreu em Dezembro de 2012	(18.299.028,20)	(4.170.214,59)	(3.140.085,91)
Remessa efetiva referente a 2013 (inclui repasse da 1ª semana de 2014)	7.326.910.303,57	678.735.601,87	109.164.833,17
Remessa a menor ou a maior do que o devido	(170.862.275,58)	(640.221,97)	859.085,42
Repasso extra (observação 2)	175.008.233,53		
Repasso a maior que o devido em 2011 (observação 3)	(3.972.676,51)		(349.938,46)
Repasso a maior que o devido em 2012 (observação 4)	(173.086,82)		(509.146,96)
Remessa a menor ou a maior do que o devido	194,62	(640.221,97)	0,00

Observação 1:

IPVA antecipado	100%	20%
IPVA de 2013 arrecadado em 2012	(16.923.423,52)	(3.384.684,70)
IPVA de 2014 arrecadado em 2013	24.041.402,87	4.808.280,57
Total	7.117.979,35	1.423.595,87

Observação 2:

Rateio extra decorrente da antecipação pelo Estado dos valores relativos à dívida do ICMS da Rede Ferroviária Federal quitada nos termos da Medida Provisória 1682-5, de 27/08/1998.

Rateio extra - 21.06.2013	
COTA PARTE ESTADO - ofício 758/2013/SCAF/GAB, de 20/06/2013	131.256.177,70
COTA PARTE MUNICÍPIO - ofício 757/2013/SCAF/GAB, de 20/06/2013	43.752.055,83
Total	175.008.233,53

Observação 3:

Repasso a maior que o devido, conforme demonstrado no Anexo I do ofício nº 092/2012/SCAF/GAB de 09/02/2012.

Observação 4:

Repasso a maior que o devido, conforme demonstrado no Anexo I do ofício nº 297/2013/SCAF/GAB de 19/02/2013.

Observação 5:

O valor repassado a maior de R\$ 640.221,97 será objeto de ajuste em 2014.

O valor de R\$ 194,62 corresponde a arredondamentos feitos pelo Banco do Brasil nos rateios de 2013.

Anexo II ao Ofício-Circular nº 1/2013/GEARE/COFIN/SUPOF/STN/MF-DF, de 20/12/2013

Demonstrativo das receitas que compõem o FUNDEB, arrecadados pelos Governos Estaduais e Distrito Federal, por origem de recursos (Art. 3º, 1º, da Portaria STN/FNDE nº 3, de 12.12.2012)

R\$1,00

Origem	Valores provenientes da arrecadação de impostos referentes à última semana de dezembro de 2012 e depositados à conta do FUNDEB na primeira semana de janeiro de 2013	Valores provenientes da arrecadação de impostos referentes à última semana de dezembro de 2013 e depositados à conta do FUNDEB na primeira semana de janeiro de 2014
ICMS	18.299.028,20	73.162.886,12
IPVA	4.170.214,59	5.232.307,55
ITCMD	3.140.085,91	4.423.937,21